

RENATO SCARDOA

Advogado e Professor de Direito Comercial

Bacharel e Mestre em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela PUC/SP

A OBRIGAÇÃO DE MELHORES ESFORÇOS

UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO ANGLO-SAXÃO
E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL



Belo Horizonte
2018

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clémerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dirceõ Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2018.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho
Produção Editorial e Capa: Danilo Jorge da Silva
Revisão: Fabiana Carvalho

342.12513 Scardoa, Renato.

S285o A obrigação de melhores esforços: uma análise à luz do
 2018 direito anglo-saxão e sua aplicação no Brasil / Renato
 Scardoa. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.
 114 p.

ISBN: 978-85-8238-441-1

ISBN: 978-85-8238-442-8 (E-book)

1. Direito. 2. Obrigação de melhores esforços. 3. Boa-fé (Direito).
 4. Direito privado. 5. Autonomia privada. I. Título.

CDD(23.ed.)-340.12

CDDir - 342.12513

Elaborada por: Fátima Falci
 CRB/6-700

1735353

MATRIZ

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion
 Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000
 Tel: (31) 3031-2330

FILIAL

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé
 São Paulo/SP - CEP 01006-000
 Tel: (11) 3105-6370

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
 2018

SUMÁRIO

PREFÁCIO	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
OBRIGAÇÃO DE MELHORES ESFORÇOS	3
1.1. Estados Unidos da América	3
1.2. Canadá	5
1.3. Reino Unido	9
1.4. Conceito	11
CAPÍTULO 2	
A BOA-FÉ	13
2.1. Aspectos da Boa-fé	14
2.1.1. A Boa-fé Subjetiva e a Boa-fé Objetiva	14
2.1.2. A função interpretativa da boa-fé	17
2.1.3. A função de controle ou corretiva da boa-fé	18
2.1.4. A função integrativa ou supletiva da boa-fé	20
2.2. Reino Unido	21
2.2.1. A Boa-fé expressa	22
2.2.2. A Boa-fé implícita	25
2.3. Canadá	29
2.4. Estados Unidos da América	33
CAPÍTULO 3	
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO ACOLHIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE MELHORES ESFORÇOS	35
3.1. Constitucionalização do Direito Privado	35
3.1.1. O Conceito Direito Civil v. Privado	36

3.2. Princípio da Autonomia Privada	38
3.2.1. Origem Constitucional.....	38
3.2.2. Autonomia Privada e a Obrigação de Melhores Esforços	39
3.3. Princípio da função social do contrato	40
3.3.1. Origem Constitucional.....	40
3.3.2. Função social do contrato e Obrigação de Melhores Esforços.....	41
3.4. Princípio da Boa-Fé	42
3.4.1. Origem Constitucional.....	42
3.4.2. Princípio da Boa-Fé Contratual e a Obrigação de Melhores Esforços	42
CAPÍTULO 4	
A OBRIGAÇÃO DE MELHORES ESFORÇOS E O DIREITO PRIVADO BRASILEIRO	
4.1. O Direito Real e o Direito Obrigacional	44
4.2. Conceito de Obrigação	45
4.3. Classificação das Obrigações	46
4.3.1. Obrigação de dar, fazer ou não fazer.....	46
4.3.2. Obrigação de Meio e de Resultado	47
4.4. A classificação da Obrigação de Melhores Esforços.....	48
4.5. A Obrigação de Melhores Esforços e o Ônus da Prova	48
CONCLUSÃO	50
ANEXO	52
<i>LEADING CASES</i> ESTADUNIDENSE, CANADENSE E INGLÊS.....	52
REFERÊNCIAS	105